**Manchete:** Os Estados Unidos respondem ao Cinturão e Rota chinês com uma corporação privada

Por Vijay Prashad

**Biografia do autor:** Este artigo foi produzido por [Globetrotter](https://globetrotter.media/) e traduzido por Pedro Marin para a [Revista Opera](https://revistaopera.com.br/). Vijay Prashad é um historiador, editor e jornalista indiano. Ele é um escritor parceiro e correspondente-chefe do Globetrotter. É editor-chefe da [LeftWord Books](https://mayday.leftword.com/) e diretor do [Instituto Tricontinental de Pesquisa Social](https://thetricontinental.org/pt-pt/). Ele é membro sênior não-residente do [Instituto Chongyang de Estudos Financeiros](https://tinyurl.com/y2hdjcpo) da Universidade Renmin da China. Autor de mais de 20 livros, incluindo [*The Darker Nations*](https://smile.amazon.com/Darker-Nations-Peoples-History-Third/dp/1595583424/?tag=alternorg08-20) e [*The Poorer Nations*](https://smile.amazon.com/Poorer-Nations-Possible-History-Global/dp/1781681589/?tag=alternorg08-20). Seu último livro é [*Balas de Washington*](https://mayday.leftword.com/catalog/product/view/id/21820), com prefácio de Evo Morales Ayma.

**Fonte:** Globetrotter

**Rótulos:** Economia, Política, Europa/Alemanha, Biden, Ásia/China, América do Norte/Estados Unidos, Oriente Médio/Iraque, Europa/Rússia, Ásia/Mongólia, Ásia/Índia, Oriente Médio/Afeganistão, América Central/Honduras, África/Madagáscar, África/Malawi, Oriente Médio/Jordânia, Ásia/Nepal, Opinião, Curto prazo

**[Corpo do artigo:]**

Na Cúpula do G7 na Alemanha, em 26 de junho deste ano, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, fez uma [promessa](https://www.foxbusiness.com/politics/us-biden-billions-g7-infrastructure-project-counter-china-belt-road-initiative) de arrecadar 200 milhões de dólares no seu país para gastos com infraestrutura global. Fez-se claro que esse novo projeto do G7 – a [Parceria para Infraestrutura e Investimento Global (PGII)](https://www.whitehouse.gov/briefing-room/presidential-actions/2022/06/26/memorandum-on-the-partnership-for-global-infrastructure-and-investment/) – tinha como objetivo enfrentar a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), da China. Dado o fracasso de Biden em aprovar o projeto de lei *Build Back Better* (com seu escopo sendo [reduzido](https://www.nytimes.com/2021/11/19/us/politics/house-passes-reconciliation-bill.html) quase pela metade, de 3,5 trilhões de dólares para 2,2 trilhões), é improvável que o presidente consiga que o Congresso norte-americano o acompanhe neste novo empreendimento.

O PGII não é a primeira tentativa que os Estados Unidos promovem para enfrentar os investimentos chineses em infraestrutura ao redor do mundo, que a princípio ocorriam bilateralmente e, após 2013, passaram a ocorrer por meio da Iniciativa Cinturão e Rota (BRI). Em 2004, à medida que se desenrolava a guerra dos Estados Unidos no Iraque, o governo estadunidense criou um corpo chamado *Millennium Challenge Corporation* (Corporação Desafio do Milênio, em tradução livre – [MCC](https://www.mcc.gov/)), apresentado como uma “[agência independente dos EUA para assistência estrangeira](https://www.mcc.gov/about)”. Antes disso, a maior parte dos empréstimos de desenvolvimento do governo dos EUA era feita por meio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), criada em 1961 como parte da campanha de convencimento da administração do então presidente John F. Kennedy contra a União Soviética e contra o espírito de não-alinhamento de Bandung, num contexto em que o Terceiro Mundo passava a se afirmar.

O ex-presidente George W. Bush considerava a USAID muito burocrática, e o MCC seria um projeto que incluía tanto o governo dos EUA quanto o setor privado. O uso da palavra “corporação” no título do projeto é deliberado. Cada um dos chefes da MCC, de Paul Applegarth até Alice P. Albright, tinha trabalhado no setor privado anteriormente (a atual chefe, Albright, é filha da ex-Secretária de Estado Madeleine Albright).

A palavra “desafio” por sua vez se refere ao fato de que os investimentos da corporação só são aprovados se os países mostrarem que cumprem 20 “[indicadores de performance política](https://www.mcc.gov/resources/doc/report-selection-criteria-methodology-fy22)”, que vão de liberdades civis a taxas de inflação. Esses indicadores garantem que os países que buscam apoio se adequem ao quadro neoliberal convencional. Há grandes inconsistências entre esses indicadores: por exemplo, os países devem ter [taxas de imunização](https://www.mcc.gov/resources/doc/report-selection-criteria-methodology-fy22) altas (monitoradas pela Organização Mundial da Saúde, a OMS), mas ao mesmo tempo precisam seguir os requerimentos do Fundo Monetário Internacional para uma política fiscal apertada. Isso essencialmente significa que os gastos com saúde pública de um país candidato a receber investimento devem ser mantidos baixos, resultando em uma não disponibilidade do número necessário de trabalhadores de saúde pública para os programas de imunização.

O Congresso dos EUA forneceu ao MCC 650 milhões de dólares para o seu primeiro ano, em 2004, segundo me contou um oficial do governo estadunidense; em 2022, o montante [buscado](https://www.mcc.gov/resources/pub-full/cbj-fy2022) foi de mais de 900 milhões. Em 2007, quando Bush se encontrou com o ex-presidente da Mongólia, Nambaryn Enkhbayar, para assinarem um acordo de investimento e apoio da MCC, [ele declarou](https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2007/10/20071022-3.html) que a Conta do Desafio do Milênio – que é [administrada](https://en.wikipedia.org/wiki/Millennium_Challenge_Corporation#:~:text) pela MCC – “é parte importante de nossa política externa. É uma oportunidade para os Estados Unidos e nossos contribuintes ajudarem países que lutam contra a corrupção, apoiam economias baseadas no mercado, e investem em saúde e educação para seus povos”. Claramente, a MCC é um instrumento da política externa estadunidense, mas seus objetivos não parecem ser alcançar as [Metas de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas](https://sdgs.un.org/goals) (que dizem respeito à fome, saúde e educação), como Bush disse, mas sim garantir a extensão do alcance da influência dos EUA e inculcar os hábitos e estruturas da globalização liderada pelos EUA (“economias baseadas no mercado”).

Em 2009, o então presidente dos EUA, Barack Obama, desenvolveu seu “[pivô para a Ásia](https://thediplomat.com/2017/01/the-pivot-to-asia-was-obamas-biggest-mistake/)”, uma orientação para a política externa que fez com que o *establishment* dos EUA concentrasse mais atenção no leste e sul da Ásia. Como parte do pivô, em 2011, a ex-Secretária de Estado, Hillary Clinton, fez um importante [discurso](https://thediplomat.com/2011/11/the-new-silk-road/) em Chennai, na Índia, no qual ela mencionou a criação de uma Iniciativa Nova Rota da Seda. Clinton argumentou que a política do governo dos EUA, sob o pivô para a Ásia de Obama, desenvolveria uma agenda econômica que se estendesse dos países da Ásia Central até o sul da Índia, portanto ajudando a integrar as repúblicas centro-asiáticas a um projeto estadunidense, quebrando os laços que a região tinha formado com Rússia e China. O [ímpeto](https://2009-2017.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2011/09/173807.htm) para essa Nova Rota da Seda era encontrar uma maneira de usar esse desenvolvimento como um instrumento para minar a insurgência Talibã no Afeganistão. Este projeto dos EUA fracassou devido à falta de financiamento do Congresso e devido à sua pura impossibilidade, uma vez que o Afeganistão – que era o coração deste projeto – não pôde ser persuadido a se submeter aos interesses dos EUA.

Dois anos depois, em 2013, o governo chinês [inaugurou](https://www.mfa.gov.cn/ce/cegy/eng/zgyw/t1076334.htm) o projeto Cinturão Econômico da Rota da Seda, que hoje é conhecido como Iniciativa Cinturão e Rota (BRI). Em vez de ir de norte a sul, a BRI foi de leste a oeste, ligando a China à Ásia Central e depois ao sul e oeste da Ásia, Europa e África. O objetivo deste projeto era [reunir](https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/humaff-2020-0019/html?lang=en) a [Comunidade Econômica Eurasiática](https://tinyurl.com/2p8jjasw) (criada em 2000) e a [Organização para a Cooperação de Xangai](http://eng.sectsco.org/) (criada em 2001) para trabalhar neste novo e mais vultoso projeto. Cerca de [4 trilhões de dólares](https://www.silkroadbriefing.com/news/2020/11/25/china-belt-and-road-projects-value-now-exceeds-us4-trillion/) foram investidos desde 2013, em uma série de projetos, pela BRI e seus mecanismos de financiamento associados (incluindo o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e o Fundo da Rota da Seda). Os investimentos foram pagos por doações de instituições chinesas e por meio de dívidas contraídas pelos projetos a taxas competitivas frente às dos programas ocidentais de empréstimos para infraestrutura.

O “Relatório de Estratégia para o Indo-Pacífico” (2019) do governo dos EUA [observa](https://media.defense.gov/2019/Jul/01/2002152311/-1/-1/1/DEPARTMENT-OF-DEFENSE-INDO-PACIFIC-STRATEGY-REPORT-2019.PDF) que a China usa “incentivos e penalidades econômicas” para “persuadir outros estados a cumprirem sua agenda”. O relatório não fornece nenhuma evidência para isso e, de fato, [os acadêmicos](https://www.theatlantic.com/international/archive/2021/02/china-debt-trap-diplomacy/617953/) que analisaram estas questões tampouco encontraram nenhuma evidência nesse sentido. O almirante Philip S. Davidson, que anteriormente comandou o Comando Indo-Pacífico dos EUA, [disse](https://www.congress.gov/116/meeting/house/109234/witnesses/HHRG-116-AS00-Wstate-DavidsonP-20190327.pdf) ao Congresso dos EUA que a China está “alavancando seu instrumento econômico de poder” na Ásia. A MCC e outros instrumentos, incluindo uma nova [Corporação Financeira de Desenvolvimento Internacional](https://www.dfc.gov/), foram criados às pressas para dar aos Estados Unidos uma vantagem sobre a China em uma disputa estimulada pelos EUA sobre a criação de investimentos globais em infraestrutura. Não há dúvida de que a MCC faz parte da ampla estratégia dos Estados Unidos para o Indo-Pacífico, visando minar a influência chinesa na Ásia.

Apenas alguns países até o momento receberam subsídios da MCC – começando com Honduras e Madagáscar. Geralmente, essas doações não são muito grandes, embora para um país do tamanho do Malawi ou da Jordânia, elas possam ter um impacto considerável. Nenhum país grande foi atraído para o complexo da MCC, o que sugere que os Estados Unidos querem dar essas doações principalmente a países menores, fortalecendo seus laços com os EUA. A [adesão do Nepal à MCC](https://www.mcc.gov/where-we-work/program/nepal-compact) deve ser vista neste contexto mais amplo. A [descoberta de urânio em 2014](https://www.hindustantimes.com/world/scientists-finds-large-uranium-deposit-in-nepal/story-6icA8HZqskhIpUaWFwxpJP.html) na região do Alto Mustang, no Nepal, parece desempenhar um papel importante na campanha de pressão sobre aquele país.

Em maio de 2017, o governo do Nepal [assinou](https://kathmandupost.com/national/2017/05/12/nepal-china-sign-framework-deal-on-obor) um protocolo da BRI, que incluía um plano ambicioso para construir uma ligação ferroviária entre a China e o Nepal, passando pelos Himalaias; essa ferrovia permitiria ao Nepal diminuir sua dependência em rotas terrestres indianas para seus fins comerciais. Vários projetos começaram a ser discutidos e estudos de viabilidade foram encomendados no âmbito do plano BRI. Esses projetos, sobre os quais [mais detalhes surgiram](https://kathmandupost.com/national/2019/04/29/inclusion-of-railway-in-chinas-belt-and-road-renews-optimism-in-nepal) em 2019, incluíam a [extensão](https://frontline.thehindu.com/dispatches/nepal-what-happened-to-chinas-belt-and-road-projects/article65466849.ece) de uma linha de transmissão de eletricidade e a criação de uma universidade técnica no Nepal e, claro, a construção de uma vasta rede de estradas e ferrovias, que incluía a ferrovia trans-Himalaia de Keyrung, na região do Tibete, a Katmandu, capital do Nepal.

Durante esse período, os Estados Unidos entraram em cena com um esforço em grande escala para depreciar o financiamento da BRI no Nepal e promover o uso de dinheiro da MCC lá.

Em setembro de 2017, o governo do Nepal [assinou um acordo com os Estados Unidos](https://www.mcc.gov/news-and-events/release/release-091417-nepal-signing-event) chamado *Nepal Compact*. Este contrato – no valor de 500 milhões de dólares – é voltado para um projeto de transmissão de eletricidade e para um projeto de manutenção de estradas. Nesse ponto, o Nepal tinha acesso aos fundos da BRI e da MCC e nenhuma das partes parecia se importar com esse fato. Isso proporcionou uma oportunidade para o Nepal usar esses dois recursos para desenvolver a infraestrutura necessária ou, como o ex-primeiro-ministro Madhav Kumar Nepal [me disse em 2020](https://frontline.thehindu.com/world-affairs/article30888559.ece), seu país poderia ainda obter novos empréstimos do Banco Asiático de Desenvolvimento.

Depois que ambos os acordos foram assinados, uma disputa política eclodiu no Nepal, resultando no [fracionamento](https://www.thehindu.com/news/international/nepals-largest-communist-party-cpn-uml-officially-splits/article35993499.ec) do Partido Comunista do Nepal e na queda do governo de esquerda. Uma questão importante sobre a mesa era a MCC e [seu papel](https://thewire.in/south-asia/nepal-ruling-coalition-american-grant-differences) na estratégia geral dos Estados Unidos para o Indo-Pacífico, que parece ter como alvo a China.